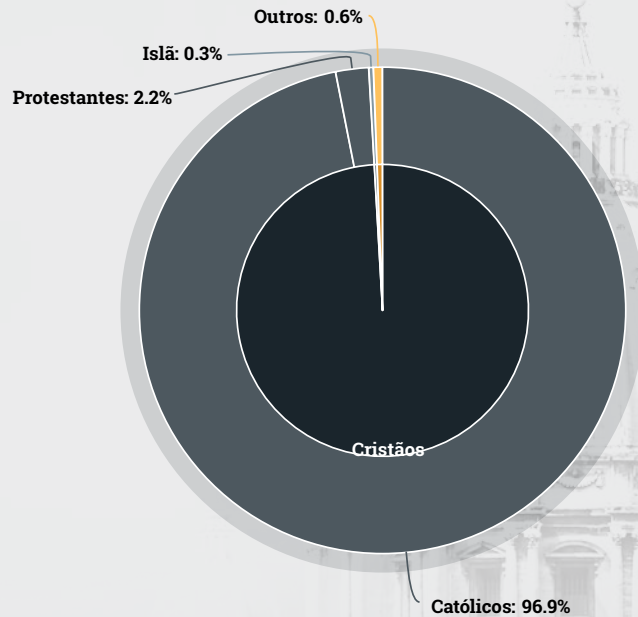


Timor Leste



O mais recente capítulo na história deste jovem país ocorreu em 6 de fevereiro de 2015. Nesse dia, Xanana Gusmão demitiu-se como primeiro-ministro, um lugar que ocupava desde 2007.^[1] Já em março de 2012, a outra grande figura nacional, José Ramos Horta, tinha anunciado o seu abandono da política, na sequência da sua derrota nas eleições presidenciais. Mas, com a demissão de Xanana Gusmão, tornou-se claro que a época dos heróis da independência estava chegando ao fim e que o destino deste país iria passar agora para as mãos de uma nova geração de líderes.

O Governo de Xanana Gusmão tinha diminuído em popularidade e tinham aumentado as acusações de corrupção e nepotismo. Vários ministros foram acusados de aceitarem subornos. As eleições presidenciais de 2017 vão, por isso, ser um teste à força desta jovem democracia timorense.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

[1] The Sydney Morning Herald: "As Xanana Gusmao departs, Timor must prepare for when the oil runs dry", 13 de Fevereiro de 2015 (<http://www.smh.com.au/world/as-xanana-gusmao-departs-timor-must-prepare-for-when-the-oil-runs-dry-20150212-13des2.html>)

A lei fundamental de Timor Leste foi construída com base no modelo da Constituição portuguesa. Ela garante a liberdade de consciência, religião e culto e baseia-se no princípio da separação entre a Igreja e o Estado. A Constituição também garante liberdade de educação religiosa. Apesar disso, o preâmbulo da Constituição faz uma referência especial à Igreja Católica num país que, juntamente com Malta, tem a maior proporção de católicos de qualquer país no mundo. O preâmbulo afirma: "Na sua perspectiva cultural e humana, a Igreja Católica em Timor Leste foi sempre capaz de suportar o sofrimento de todo o povo com dignidade, colocando-se ao seu lado na defesa dos seus direitos mais fundamentais."^[2] A seção 11, parágrafo 2, afirma: "O Estado reconhece e valoriza a participação da Igreja Católica no processo de libertação nacional de Timor Leste."

Não há restrições à liberdade religiosa. A pequena minoria muçulmana, que permaneceu no país desde a retirada da Indonésia, continuou diminuindo. No entanto, não é claro se os muçulmanos emigraram para a Indonésia por causa de um ambiente visto como hostil para o Islã ou em resposta à pobreza e ao desemprego que afetam Timor Leste. O Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo de 2014 do Departamento de Estado Norte-Americano refere alguns casos isolados de comunidades protestantes que enfrentam dificuldades em obter terrenos para construir igrejas, e refere alunos expulsos das suas escolas devido às suas crenças religiosas.^[3] No

[2] Constituição da República Democrática de Timor Leste (http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constitution_RDTL_ENG.pdf)

[3] Departamento de Estado Norte-Americano: "Timor Leste 2014 - International Religious Freedom Report" (<http://www.state.gov/documents/organization/238550.pdf>)

entanto, uma vez mais, é difícil obter confirmação de fontes independentes.

O Estado pode ocasionalmente dar apoio financeiro a instituições religiosas. Este foi o caso nomeadamente na capital, Díli, onde o Governo subsidiou a renovação da igreja católica e deu ajuda à principal mesquita de Díli. Em ambos os casos, o apoio do Estado veio em resposta a um pedido das comunidades religiosas em questão.

Contudo, neste país onde a Igreja Católica tem uma influência política e social muito forte (por exemplo, dos catorze feriados nacionais no país hoje em dia, nove são celebrações do calendário litúrgico católico), o principal assunto das notícias em relação à religião foi a assinatura de uma concordata entre a Santa Sé e Timor Leste em 15 de agosto de 2015.

Um sinal da atenção que o Vaticano dá a este pequeno país católico é que a concordata foi assinada em Díli pelo Cardeal Pietro Parolin, o Secretário de Estado do Vaticano. Além de assinar a concordata, o Cardeal Parolin veio para celebrar o 500º aniversário da presença da Igreja Católica na ilha. O acordo entre os dois estados, tal como sublinhou o cardeal, pretende impulsionar “a colaboração mútua para o desenvolvimento integral das pessoas na justiça, na paz e no bem comum”. De acordo com Parolin, a concordata baseia-se em dois aspectos fundamentais: nos valores e princípios da lei internacional em relação à liberdade religiosa e na garantia da liberdade para professar e praticar a fé católica livremente e em público. O Cardeal Parolin acrescentou que a concordata “também cria espaço e oportunidades para a Igreja Católica atuar na sociedade, de acordo com a sua missão de serviço ao povo e na linha das normas constitucionais e da legislação local.”^[4]

O primeiro-ministro Rui Maria de Araújo disse que a concordata foi um sinal da “relação especial” entre o Vaticano e Timor Leste. Disse também que o documento reconhecia que a fé católica e a língua portuguesa eram “dois elementos que moldaram a nossa identidade como nação e isso é algo positivo”. E disse que a embaixada de Timor Leste na Santa Sé era a mais importante das dezassete presenças diplomáticas que Timor Leste tem em todo o mundo.^[5]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

De acordo com o Padre Júlio Crispim Ximenes Belo, leitor de Direito na Universidade Nacional de Timor Lorosae e diretor da comissão de justiça e paz da Diocese de Baucau (uma das três dioceses do país), a concordata vai ajudar a proteger a

liberdade religiosa e criar um quadro legal para a Igreja, ajudando-a a realizar o seu trabalho também na educação e na saúde.^[6]

[4] Ucanews : « Vatican, Timor-Leste sign bilateral agreement », 14 August 2015 (<http://www.ucanews.com/news/vatican-timor-leste-sign-bilateral-agreement/74081>)

[5] Ucanews : « Timor-Leste to sign historic treaty with the Vatican », 6 August 2015 (<http://www.ucanews.com/news/timor-leste-to-sign-historic-treaty-with-the-vatican/74035>)

[6] Ucanews : « Vatican, Timor-Leste sign bilateral agreement », 14 August 2015 (<http://www.ucanews.com/news/vatican-timor-leste-sign-bilateral-agreement/74081>)